



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PARECER Nº 336, DE 2021-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4572, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4572/2019), que *altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.*

Relator: Senador **CARLOS PORTINHO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, de autoria dos Senadores Jorginho Mello e Wellington Fagundes, tem por objetivo regulamentar a utilização da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, em âmbitos nacional e estadual, mediante inserções de trinta segundos, no intervalo da programação, conforme critérios estabelecidos.

Para tanto, insere no texto da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, cinco novos artigos, cujo conteúdo passo a relatar.

O art. 45-A estabelece no *caput* e nos seus três incisos, a propaganda partidária gratuita, transmitida pelo rádio e pela televisão, nos horários que estipula, para atender a três finalidades: difundir o programa partidário, transmitir mensagens aos filiados sobre eventos e congressos e divulgar as posições do partido.

O mesmo artigo, em seus quatro parágrafos, trata das vedações que a transmissão deve observar, a saber: participação de não filiados, campanha de candidatos às eleições e notícias falsas ou tendenciosas, as penalidades em que incorrem os infratores, a proibição da propaganda paga



SF/21567.37015-06



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

e os dias da semana destinados às inserções nacionais e estaduais, três dias para cada, no total.

O *caput* do novo art. 46-A, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade de as emissoras realizarem as transmissões da propaganda encaminhada pelos partidos políticos. Seus nove parágrafos regulam o tamanho das inserções; a iniciativa dos órgãos dirigentes dos partidos de solicitar as datas; a responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) pela requisição dos horários e pela autorização para a formação das cadeias; a regra de prioridade em caso de coincidência de datas; o prazo mínimo de entrega das fitas magnéticas às emissoras; as responsabilidades do TSE e dos TREs na determinação das inserções; o limite de inserções por dia em cada rede; a distribuição das inserções nas três horas de programação; e a proibição de inserções sequenciais.

Já o *caput* do art. 47-A proposto autoriza a negociação entre partidos e emissoras em torno de questões operacionais, observado o disposto na lei, com conhecimento da instância competente da Justiça Eleitoral. Seu parágrafo único estabelece que a compensação tributária devida às emissoras deverá ser calculada com base na média do faturamento dos comerciais dos anunciantes do horário compreendido entre 19:30 horas e 22:30 horas.

O art. 48-A exclui do acesso à propaganda gratuita pelo rádio e televisão os partidos que não tenham alcançado a cláusula de desempenho prevista na Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.

Finalmente, o art. 49-A estabelece que a distribuição do tempo destinado à propaganda obedecerá à proporção da bancada eleita em cada eleição geral, cabendo aos partidos com mais de vinte Deputados Federais, vinte minutos por semestre; aos partidos com bancadas entre dez e vinte Deputados Federais, dez minutos por semestre; e aos partidos com até nove Deputados Federais, cinco minutos por semestre.

O parágrafo único do artigo em análise estipula que, nos anos de eleições, as inserções só serão veiculadas no primeiro semestre.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

Na justificção, os autores assinalam que o projeto tem por objetivo restabelece a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, revogada no texto da Lei nº 9.096, de 1995, pela Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017, que, ao instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, extinguiu a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. Argumentam ainda que, na regra vigente, os partidos políticos carecem de instrumentos para a divulgação de seus eventos e congressos, bem como de seus posicionamentos em relação a temas relevantes para a comunidade. excluídos do acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Coube-me a relatoria do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, que recebeu 13 emendas na sua tramitação inicial nesta Casa. No dia 14 de julho de 2021 a proposição obteve aprovação na forma do substitutivo com a incorporação de emendas relevantes. Cinco são as diferenças mais significativas entre o texto aprovado e a proposição inicial.

Em primeiro lugar, a substituição do sistema anterior de compensação fiscal às emissoras pela difusão da propaganda partidária por propaganda partidária paga, mediante pagamento em moeda corrente, obedecidas as condições previstas no texto legal.

Em segundo lugar, a adequação dos recursos do Fundo Partidário para fazer frente a esse novo gasto, em valor equivalente, ou seja, corrigido, ao custo da compensação fiscal destinada a essa finalidade em 2016, para os anos eleitorais, e 2017, para os anos não eleitorais.

Em terceiro lugar, a ampliação do alcance da transmissão da propaganda partidária dos canais de rádio e televisão de acesso gratuito para incluir aqueles que operam por assinatura.

Em quarto lugar, a alteração da redação do inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de maneira a suprimir a exigência de o provedor receber os recursos em conta aberta especificamente para essa finalidade; acrescentar a possibilidade de utilização de plataformas de vídeos e redes sociais; e alterar o prazo de vedação desses impulsionamentos, que, proibidos hoje nos cento e oitenta dias anteriores à eleição, passariam a ser vedados no período entre o início das convenções e a data do pleito.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

Finalmente, em quinto lugar, o substitutivo aprovado no Senado Federal previa uma alocação mais substancial do tempo de propaganda partidária para promoção e difusão da participação política das mulheres e dos jovens, exigindo ao menos a destinação de 50 % do tempo total para a promoção e difusão da participação política das mulheres e ao menos 5 % desse tempo para o caso dos jovens.

A Câmara dos Deputados recebeu a proposição e, após apreciação, deliberou, em 7 de outubro, pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Altineu Côrtes. A diretriz geral do texto aprovado, explicitada pelo relator na justificação, é o retorno à propaganda partidária no rádio e na televisão em moldes semelhantes aos previstos na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, antes da alteração ocorrida em 2017.

Conseqüentemente, o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, encaminhado ao Senado Federal para apreciação, promove o retorno da propaganda partidária; restringe a obrigatoriedade de difusão dessa propaganda aos canais de rádio e televisão de acesso gratuito; mantém a vedação da propaganda paga, ao tempo que restaura a prática da compensação fiscal para as emissoras; omite a redação proposta para o inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 1995, e, finalmente, reduz a exigência de tempo mínimo destinado à promoção e difusão da participação política das mulheres de 50 % para 30 %, ao tempo em que suprime a exigência de um mínimo de 5 % do tempo destinado à promoção e difusão da participação política dos jovens.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Na lógica do bicameralismo, a soberania popular ganha em força e expressão quando o desenho das instituições permite sua manifestação em mais de um formato, além de promover o diálogo e a cooperação entre elas. Essa é a razão de, em nosso País, o Congresso Nacional abrigar, em suas duas Casas, representantes do povo, eleitos pelo





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

voto proporcional, e representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário.

A operação do sistema demanda, portanto, a livre manifestação de convergências e divergências, condição necessária a construção progressiva de acordos, cada vez mais amplos, nos processos deliberativos.

No presente caso, verifica-se uma importante convergência de fundo, entre os posicionamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados: a propaganda partidária no rádio e na televisão cumpre importante função de esclarecimento dos eleitores e deve, por conseguinte, ser restaurada no texto da lei.

O Senado Federal, contudo, manifestou-se majoritariamente em favor de um modelo novo de propaganda partidária, com diferenças relevantes em relação à fórmula vigente até 2017. Procurou-se, em síntese, uma regra que possibilitasse maior transparência e um controle por parte da sociedade, sendo a propaganda custeada por meio de acréscimos ao Fundo Partidário, ao invés do retorno à sistemática da renúncia fiscal em benefício das emissoras.

A opção da Câmara dos Deputados em favor do modelo anterior, de propaganda compensada pela renúncia fiscal, evidencia que o grau de acordo acumulado não é suficiente para fundamentar as alterações pretendidas. A decisão prudente, na operação da regra democrática, é, a meu ver, sustar a decisão, pelo menos até que as evidências da necessidade de um novo modelo apareçam de maneira mais clara, de modo a orientar uma convergência entre as duas Casas do Congresso Nacional. Essa a razão de o presente relatório acompanhar, nesse ponto a decisão emanada da Câmara dos Deputados.

No que respeita ao percentual mínimo de tempo destinado à promoção e difusão da participação das mulheres, a decisão do Senado Federal reflete, sem dúvida, uma sensibilidade maior à gravidade do problema da sub-representação das mulheres na política. Cumpre reconhecer, contudo, que a opção da Câmara dos Deputados promove a congruência entre esse percentual e aquele já previsto na lei para a reserva de candidaturas para cada sexo. Uma decisão orientada pelo princípio da





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

prudência, que merece acolhimento, ao menos enquanto a dinâmica do debate político não torna a questão mais urgente para o conjunto da sociedade.

O mesmo argumento não vale, no entanto, para a rejeição à redação proposta para o inciso XI do art. 44 da lei nº 9.096, de 1995. A redação aprovada pelo Senado Federal constitui aperfeiçoamento inegável do texto vigente. Amplia, em poucas palavras, os caminhos que podem conectar os partidos políticos aos novos espaços de discussão que a inovação tecnológica constrói todos os dias em velocidade surpreendente. Nosso posicionamento, nessa matéria é favorável à manutenção do texto aprovado nesta Casa.

III – VOTO

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), ressalvada a supressão da nova redação dada ao inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a fim de que seja reinserida no art. 1º da proposição, na forma dada pelo Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO





08/12/2021

TRECHO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA – SEMIPRESENCIAL, REALIZADA EM 08/12/2021, REFERENTE A ADEQUAÇÕES REDACIONAIS FEITAS EM PLENÁRIO PELO RELATOR.

.....
O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para proferir parecer.) – Muito boa noite, meus colegas.

(...)

Passo a ler, então, o voto final.

Em razão do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 4.572, de 2019, o substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvada a supressão da nova redação dada ao inciso XI do art. 44 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 – essa questão aí do impulsionamento –, a fim de que seja reinserida no art. 1º da proposição, na forma dada pelo Senado Federal, com a seguinte...

Aí eu trago uma adequação e isso foi construção aqui de todos os Parlamentares que observaram que, no texto da Câmara, quando ele diz da compensação fiscal, ele não adequou, e era necessária essa adequação da redação, para que siga o mesmo modelo de compensação que é dado às emissoras de rádio e TV na lei eleitoral, para que não haja dúvida nenhuma de que essa compensação vai acontecer e a forma é aquela mesma da lei eleitoral.

Então, é uma adequação redacional apenas. Da seguinte forma: "No *caput* do art. 50-E, onde se lê "previsto nesta lei", leia-se "previsto nesta lei em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 99 da Lei nº 9.504, de 30 setembro de 1997".

Dessa forma, meus colegas, eu peço a aprovação de todos, deixando claro aqui, por iniciativa do Senador Randolfe, do Senador Fávoro, das Lideranças, do Senador Wellington Fagundes, que, inclusive, é o autor original, do Senador Fernando Bezerra, que está atendida essa questão com a adequação da redação por acordo de todos aqui, com uma emenda, com uma adequação de redação do texto final que veio da Câmara.

Nesse sentido, eu peço a aprovação da volta da propaganda partidária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

O parecer é favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, ressalvada a supressão da nova redação dada ao inciso XI do art. 44 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, a fim de que seja reinserida no art. 1º da proposição, na forma dada pelo Senado Federal, com a adequação redacional proferida em Plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

(...)